

O Presídio Militar e o Comando Militar Especial de Peniche 1931-1933

Por Rosalina Carmona



Vista da Fortaleza de Peniche, postal datado de 31-05-1926. Col. Postais Adriano Constantino
Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche

O golpe de 28 de maio de 1926 que implantou a Ditadura Militar em Portugal constituiu o início do regime fascista, que perdurou no país por 48 anos. Contudo, a imposição da ditadura não foi pacífica e, durante os anos 30 até 40 do século XX, vai encontrar muita oposição e resistência pela frente.

Logo no início de 1927 dá-se a Revolta de Fevereiro e, no ano seguinte, em julho de 1928 a Revolta do Castelo. São revoltas conduzidas por militares – o chamado Revirvalho - que a ditadura tenta esmagar com violência e sob diversas formas.

Neste contexto, a vila de Peniche e a sua Fortaleza vão ser um dos locais, entre outros no País, escolhidos pelo Governo da Ditadura Militar para reprimir os militares envolvidos em conjuras, ou considerados ‘desafetos’ ao regime. É assim que surge o Comando Militar Especial de Peniche que tem sob a sua tutela o Presídio Militar instalado na Fortaleza. A sua função é executar as medidas punitivas disciplinares decretadas pelos Tribunais Militares Especiais, aplicadas aos militares revoltosos.

A data em que o Comando Militar Especial de Peniche terá entrado em funcionamento na Fortaleza não é conhecida com precisão, ainda. Todavia, uma informação de 10 de abril de 1957 aponta para a sua existência em 1931. Trata-se de um ofício do então Diretor da Cadeia do Forte de Peniche, Afonso Neves, a propósito da aposentação do secretário desta cadeia, Benjamim Américo Tenreiro e a sua substituição por outro “serventuário” da mesma prisão, o contabilista de 3ª classe Joaquim Rodrigues Marques. Recorda-se que nesta altura já a cadeia de Peniche estava integrada na Direção Geral dos Serviços Prisionais desde 1945, como estipulava o Decreto-lei nº. 35.046 de 22 de outubro¹.

Refere a dado passo o ofício do Diretor da Cadeia do Forte de Peniche:

«Presta, este funcionário, serviço nesta Fortaleza, desde que começou a funcionar para presos políticos, há vinte e seis anos², passando pelo Comando Militar Especial de Peniche, Depósito de Presos de Peniche, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado e actualmente esta Cadeia.»³

Assim, tomando como certa a informação do diretor da cadeia em 1957, de que a Fortaleza de Peniche vinha servindo de prisão política havia 26 anos, isto aponta o início do Comando Militar Especial e consequentemente do Presídio Militar de Peniche, para o ano de 1931.

Esta informação é relevante do ponto de vista histórico para a datação da Cadeia do Forte de Peniche como lugar de encarceramento de presos políticos, porquanto se demonstra que a Fortaleza começou a funcionar como cadeia política pelo menos desde 1931, o que antecede em três anos a data oficialmente conhecida, 1934.

A realidade do Presídio Militar de Peniche é ainda pouco clara, sendo que as informações de que dispomos são provenientes unicamente de fontes policiais. Sobre este aspeto, cabe aqui uma chamada de atenção para a questão do uso das fontes policiais como fontes primárias.

¹ Este decreto determina a reorganização da polícia política – que na essência apenas muda o nome PVDE para PIDE, Polícia Internacional de Defesa do Estado mantendo no fundamental a sua atuação repressiva – e dos serviços prisionais, que passam do Ministério do Interior para o da Justiça. A prisão de Peniche e o Campo de Concentração do Tarrafal que estavam sob a dependência direta da PVDE/PIDE, passam nesta data, teoricamente, para o Ministério da Justiça como pode ler-se no art.º 10º do citado Decreto-lei nº. 35.046 de 22 de outubro «Serão entregues ao Ministério da Justiça a Colónia Penal de Cabo Verde e o Forte de Peniche.»

² Sublinhado nosso

³ “Ministério da Justiça, Direcção dos Serviços Prisionais – Cadeia do Forte de Peniche, Ofício nº 176-S, 10 de Abril de 1957”, Correspondência_Peniche_1957. Arquivo da Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)

Sabemos que a polícia política tinha como objetivo principal neutralizar quantos conspiravam contra o 'Estado Novo', arranjar provas incriminatórias e afastá-los o mais longe possível do seu local de origem ou mesmo de Portugal. É isso que faz, ao deportar um número ainda hoje indeterminado de portugueses, de cidadãos das antigas colónias, e até estrangeiros⁴, para as prisões privativas da polícia política dentro do país, ou para as prisões atlânticas e o desterro colonial.



Aspeto das instalações da prisão de Peniche, anos 30 do séc. XX.
Direção Geral dos Serviços de Reinserção e Serviços Prisionais

Por outro lado, há que ter em conta que os depoimentos dos presos políticos - confirmando certos factos que lhe são imputados pela polícia ou, ao contrário, protestando a sua inocência

⁴ Sobre presos de várias nacionalidades encarcerados em cadeias portuguesas, remete-se para a "Relação da existência de presos estrangeiros" enviada pela PVDE a Oliveira Salazar em 25 de setembro de 1936, que o ditador anotou no seu diário íntimo, in "A Militarização da Vida Nacional" http://www.museunacionalresistenciaeliberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2020/08/3-A-Militariza%C3%A7%C3%A3o-da-Vida-Nacional_12.08.2020.pdf

mas sem que consigam evitar a condenação – podem ter sido obtidos, e em muitos casos o foram sob coação, ou através de interrogatórios violentos e tortura⁵.

Assim, neste sentido, procurámos usar sempre de reserva crítica para com a informação proveniente de arquivos da Repressão e Resistência⁶.

Sendo escassa a informação conhecida, sabe-se, contudo, que o Comando Militar Especial de Peniche funcionava na Fortaleza desde 1931. Por enquanto, os prisioneiros militares identificados como detidos no Presídio Militar de Peniche no decurso desta investigação, começam apenas em 1933 mas, dado o papel do Comando Militar Especial, não é de descartar que mesmo antes desta data, não acontecesse ali detenção de tropas.

Refira-se que, dois anos antes de 1933, em 22 de Agosto de 1931, o Tenente de Infantaria António Norberto de Matos Cordeiro marchou para Peniche por ordem do Ministério da Guerra, onde lhe foi fixada residência⁷, desconhecendo-se se esta residência fixa implicava retenção na Fortaleza.

Ainda acerca deste oficial, pode ler-se na sua ficha prisional que quando chegou a Peniche em 1933, o Tenente Cordeiro vinha preso da Casa de Reclusão Militar de onde fora «transferido para o Presídio de Peniche» dando lá entrada a 16 de Novembro, como se lê no seu Cadastro Político⁸.

Ora, no início dos anos 30 do século XX, é possível identificar vários militares presos na Fortaleza. São os casos que enunciamos em seguida.

⁵ Sobre a crítica das fontes policiais vd. PATRIARCA, Fátima – “Sobre a leitura das fontes policiais”, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218794013U5wHP1yw1Zo18EE8.pdf>. Consultado em 6/10/2015

⁶ Termo usado no Brasil para os arquivos do período da ditadura militar. Tal como no Brasil, também em Portugal durante a ditadura fascista foram os próprios arquivos da polícia política que conservaram grande parte da informação relativa a atividades consideradas subversivas pelo regime, como propaganda clandestina, imprensa, livros e até objetos (como o extraordinário caso das bandeiras vermelhas afixadas em 28 de Fevereiro de 1935 por toda a vila do Barreiro e conservadas nos arquivos da PIDE), apreendidos aos presos ou perseguidos pelas polícias políticas. Nessa medida, os arquivos das forças repressivas PVDE e PIDE/DGS, acabaram por desempenhar uma dupla função sem que o pudessem prever: conservaram a documentação destinada a ser usada como meio de prova incriminatória contra os opositores ao regime mas, simultaneamente, acabaram por tornar-se repositórios da atividade de resistência política à própria ditadura.

⁷ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06, Ficha de Cadastro Político nº 3605 da PVDE, Secção Política e Social

⁸ «Em de Novembro de 1933 – Foi pedida a prisão do epigrafado, tendo dado entrada na Casa de Reclusão. Em 16 de Novembro de 1933 – Foi transferido para o Presídio de Peniche». AN/TT, PIDE-E-001-Cx06, Ficha de Cadastro Político nº 3605 da PVDE, Secção Política e Social



Col. Postais Adriano Constantino, s.d.
Museu Nacional Resistência e Liberdade

Através de uma informação do Ministério da Guerra, referente ao ex-Tenente José Filipe Pissarra, sabe-se que este militar se encontrava preso quando foi transferido do Forte de Peniche para Lisboa, entre 23 e 25 de Fevereiro de 1935. O facto de aludir «ao ex-Tenente», pode significar que terá sido afastado ou despromovido, por motivos políticos⁹.

Surge também a indicação de que o Furriel de Aeronáutica Francisco Catarino se evadira do Forte de Peniche, onde estivera detido entre 22-05-1935 e 01-06-1935, encontrando-se segundo a PVDE, com paradeiro desconhecido e fugido àquela polícia¹⁰. Este militar já estivera anteriormente preso, em ligação à Revolta de Fevereiro de 1927 e mais tarde em 1932, acusado de «fazer parte da célula comunista da esquadilha de aviação “República”»¹¹. Em 1935, como vimos, estava preso na Fortaleza de onde se evadiu.

Fonte documental do Governo Militar de Lisboa, datada de 7 de Julho de 1935, refere que no Forte de Peniche se achavam reclusos os Sargentos no ativo Francisco António Marques Alegria, António Bráz e Júlio Lopes dos Santos.¹²

⁹ PT/TT/MI-GM/4-54/498

¹⁰ PT/TT/MI-GM/4-54/535

¹¹ PT/AHM/FO/033/1/412/195

¹² PT/AHM/FO/011/1/4/334, Documentação proveniente do Governo Militar de Lisboa

Um outro documento, proveniente de fonte policial, indica que estavam presos em Peniche entre 30-10-1935 e 09-12-1935, onze militares. Eram eles José Correia Vilela, Júlio Lopes dos Santos pela 2ª vez, Manuel Marques Pereira, Francisco Mendes, Joaquim Maria Travassos, João António Jacinto, Virgílio Mártir, José Pinto, José Maria Ferreira da Silva¹³.

Sabendo-se que o Presídio Militar de Peniche estava subordinado ao Comando Militar Especial de Peniche - cuja existência está documentada pelo menos desde 1931 - e que o Depósito de Presos de Peniche sob a alçada da PVDE estava em funcionamento desde o início de 1934, verifica-se que, pelos anos de 1935, os cárceres da Fortaleza de Peniche albergavam tanto presos civis como militares.

Corroborando a ideia de coexistência de presos civis e presos militares na Fortaleza de Peniche, existem informações «de que foram libertados do Forte de Peniche os civis Abílio da Silva, Francisco António da Luz, António José dos Santos, Francisco da Glória Perrolos e António do Carmo Carrasco.»¹⁴



Fortaleza-Prisão de Peniche. Col. Postais Adriano Constantino, s.d.
Museu Nacional Resistência e Liberdade

¹³ PT/TT/MI-GM/4-14/528

¹⁴ PT/TT/MI-GM/4-54/494

Surgem outras informações de libertação de presos “civis”, mas o que queremos salientar é esta diferenciação do termo “civis”, por contraponto com “militares” evidenciando deste modo, que a Fortaleza de Peniche conheceu uma função mista de Presídio Militar e prisão política da PVDE para civis.

Existe, pois, um período em que a Fortaleza é usada simultaneamente, como Presídio Militar e Depósito de Presos civis. Esse espaço temporal situa-se entre 1931 e 1937. Tal situação implicava que as instalações da Fortaleza tinham uma dupla tutela, o Ministério da Guerra e o Ministério do Interior, o que vai gerar um conflito surdo entre a PVDE e o Exército, pela posse da Fortaleza.

Como veremos em seguida, o processo administrativo de transição daquele estabelecimento militar para prisão política vai levar algum tempo a definir-se.

Por um lado, a PVDE queria ter à sua disposição a totalidade das instalações para a futura prisão política, por outro o Exército demoraria a retirar a guarnição militar ali existente, o que a PVDE não via favoravelmente. A situação arrastou-se durante algum tempo, com a polícia política a contrapor argumentos em que a hierarquia militar era posta em causa.

Referindo-se de modo depreciativo ao comandante militar da Fortaleza, a PVDE afirmava tratar-se de um «Comando de um oficial subalterno»¹⁵ o que esta polícia não aceitava e justificaria o seu afastamento.

A discórdia é visível num ofício que a PVDE dirige ao Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, a propósito da intenção do Exército de arrendar a particulares uns armazéns sob o Revelim da Fortaleza, situação que aquela polícia política considerava inconveniente e a que se opunha terminantemente, alegando motivos de segurança¹⁶.

O documento que melhor retrata a situação é a cópia de uma Informação da PVDE, não datada mas referente ao ano de 1937, que passamos a transcrever:

«CÓPIA - Ministério do Interior – POLÍCIA DE VIGILÂNCIA E DEFESA DO ESTADO – Secção de Presos – Informação – Todas as dependências da cidadela de Peniche foram entregues ao Ministério do Interior por autos lavrados na Repartição do Património da Direcção Geral da

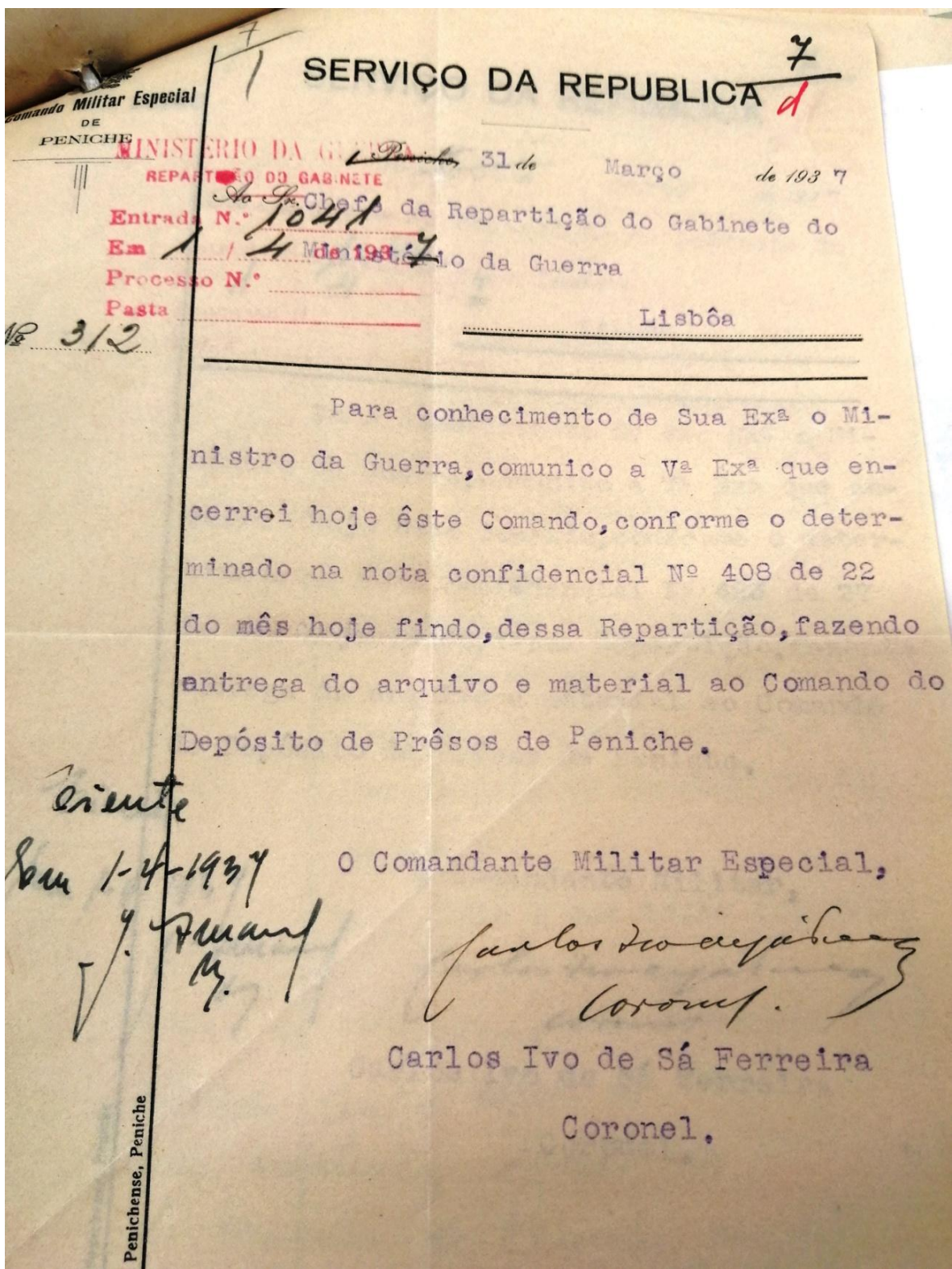
¹⁵ Cf. “Nota Confidencial” nº 408 de 22 de Março de 1937. AHM, TME, Comando Militar de Peniche, Pasta 21, Arq.283

¹⁶ Lê-se no ofício da PVDE «salvo a devida anuência dessa Directoria, estas dependências não poderão ser arrendadas pelo Ministério da Guerra [...] não devem as mesmas dependências ser arrendadas a qualquer pessoa por motivos de ordem e segurança». Ofício da PVDE ao Ministério da Guerra, 31 de Março de 1938, AHM, TME, Comando Militar de Peniche, Pasta 21, Arq.283, Doc. 7

Fazenda Pública em 10 de Março e 18 de Abril do corrente ano [1937] destinadas à instalação de um depósito de presos. – Porém o Ministério da Guerra não deu ainda execução a essa entrega continuando a manter algumas dependências ocupadas com o Comando Militar da Praça, fiel de engenharia e guarda de engenharia. – Segundo o que verbalmente foi combinado, quando em Abril passado se tratou desse assunto, o Ministério da Guerra despejaria todas as dependências que tem ocupadas passando então a Fortaleza para cargo do Ministério do Interior por conta de quem ficariam as despesas de adaptação e conservação; Cederia por empréstimo todo o material de aquartelamento que lá se encontra e manteria ali em serviço 3 muares e do pessoal que lá está prestando serviço o indispensável que é: - 1 - oficial (capitão ou subalterno) o actual adjunto. 2 – 2^{os} sargentos – 2 -cabos – 1 – cabo enfermeiro e 8 soldados. As despesas com êste pessoal e com as 3 muares seriam calculadas pelo Ministério da Guerra que apresentaria essa [despesa] calculo para ser creada em favor do Ministério do Interior a verba necessária para as custear da mesma forma como procedeu com a deligencia do Deposito de Presos de Angra do Heroísmo. – Foi esta a maneira que se reconheceu ser melhor para harmonizar os serviços com maior interesse para os dois Ministérios, melhores condições para a ordem pública e mais economia para o Estado. – E ficou-se aguardando a execução.

O Sub-Director, (a) João Antão Nogueira, cap. - Está conforme».¹⁷

¹⁷ Informação da PVDE ao Ministério da Guerra anexada em ofício de 31 de março de 1938. AHM, TME, Comando Militar de Peniche, Pasta 21, Arq.283



Informação sobre a extinção do Comando Militar Especial de Peniche
AHM, TME, Pasta 21, Arq.283, Doc. 7

Depois de extensa troca de correspondência e informações, entre o Ministério da Guerra (Comando Militar de Peniche) e o Ministério do Interior (PVDE), a situação acabaria por resolver-se a favor da PVDE. Por grande pressão desta polícia, que reclamava a saída dos militares da Fortaleza onde já estava em funcionamento o Depósito de Presos da PVDE desde 1934, o Comando Militar Especial de Peniche será considerado extinto a partir de 1 de abril de 1937, como se lê na nota confidencial assinada pelo Comandante daquele destacamento militar especial.

Na mesma nota é referido que, todo o material referente ao Comando Militar de Peniche tal como o seu arquivo, ficariam entregues ao Depósito de Presos de Peniche.

Por conseguinte, o Comando Militar Especial de Peniche foi extinto e a Fortaleza com o Depósito de Presos de Peniche passou, formalmente, para a alçada exclusiva da PVDE na mesma data a 1 de abril de 1937.

Contudo, e aparentemente, só muito mais tarde a situação da permanência de militares na Fortaleza seria totalmente clarificada. Tanto assim que, numa informação confidencial de 15 de junho de 1950, o Ministério da Guerra vem confirmar que, apesar de a Fortaleza de Peniche ter deixado de pertencer à estrutura militar, transformada que fora em prisão política desde os anos de 1930, continuava a fazer parte do rol dos estabelecimentos militares.

Em resposta a uma solicitação do Quartel-general do Governador Militar de Lisboa, esta entidade referia que as praças do Regimento de Infantaria 5 – origem do Comando Militar Especial de Peniche - continuavam a ser «religiosamente substituídas em cada incorporação»¹⁸ na Fortaleza o que, segundo o parecer do dito Regimento, não se justificava. Apontava-se que fosse sustado o envio de militares para a Fortaleza, uma vez que já não efetuavam qualquer serviço relacionado com a segurança dos presos ou da cadeia, «parecendo justo que estas 10 praças sejam substituídas por outros tantos serventuários civis nas mesmas condições dos restantes, visto ali não desempenharem qualquer serviço militar e o estabelecimento pertencer ao Ministério da Justiça.»¹⁹.

Assim, apesar da extinção do Comando Militar Especial de Peniche ter ocorrido oficialmente em 1937 e da existência na Cadeia do Forte de Peniche de um corpo permanente de guardas

¹⁸ Informação Confidencial Nº 12.409, Proc.º. 116 de 15 de junho de 1950 da 2ª Secção do Ministério da Guerra ao Chefe da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra. AHM/F/6/L, Série 36, Caixa 847, nº 10, 1950-1955

¹⁹ Informação Confidencial do Regimento de Infantaria nº 5 ao Ministério da Guerra, 15 de junho, 1950, AHM/F/6/L, Série 36, Caixa 847, nº 10 1950-1955

prisionais, concluímos que até à década de 50 do século XX subsistiu um contingente militar na Fortaleza, ainda que residualmente.



Presos políticos na cadeia de Peniche, 1935.
Foto Câmara Municipal de Peniche, Álbum de Cansado Gonçalves

Por fim, queremos salientar um aspeto comum entre o Comando Militar Especial de Peniche e outros Comandos, por exemplo, o Comando Militar dos Açores, que trataremos em próximo artigo.

Assim, constata-se que quer a Fortaleza de Peniche quer o Forte de S. João Baptista em Angra, são estruturas militares que inicialmente têm sob a sua alçada Depósitos de Presos políticos, tanto militares como civis. Ambos os Fortes vão tornar-se prisões políticas da ditadura fascista portuguesa, que ali manda encarcerar os seus opositores e todos os resistentes antifascistas, condenados por “delitos políticos” ou como deportados sociais.

Museu Nacional Resistência e Liberdade

09-09-2020